

## A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA À LUZ DAS CONTRIBUIÇÕES DOS FÓRUNS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Fernanda Mesquita Serva<sup>19</sup>  
fernanda@unimar.br

Carlos da Fonseca Brandão<sup>20</sup>  
carlos.brandao@unesp.br

### INTRODUÇÃO

A primeira concepção de universidade no Brasil sofreu grande influência europeia, em especial alemã, e as universidades brasileiras foram concebidas como instituições voltadas para a formação humanista, não possuindo, neste primeiro momento, qualquer atividade relacionada à pesquisa, o que somente veio a ocorrer no século XIX, quando a universidade se tornou “o local por excelência de realização de pesquisa científica” (BARRETO; FILGUEIRAS, 2007, p. 1781).

Posteriormente, em especial a partir da Reforma Universitária de 1968, a organização universitária brasileira passou a adotar, em certa medida, o modelo norte-americano e passou a ser concebida como uma agência prestadora de serviços, não apenas para o próprio Estado, mas também para o cidadão, surgindo formalmente a extensão universitária que, segundo Roberto Mauro Gurgel Rocha (1984), experimentou três fases distintas no Brasil: o período das experiências pioneiras (1912-1930); o período das experiências isoladas e da disseminação de ideias a partir de ações de movimentos sociais (1930-1968); e o período da institucionalização (1968-1976). A essas três fases podem ser incluídas outras duas: a da constitucionalização da extensão universitária (1988) e a da sua curricularização (2001).

Em sua trajetória até a sua constitucionalização e curricularização, a extensão universitária contou com grande impulso dos Fóruns de Extensão, tema que será

---

<sup>19</sup> Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

<sup>20</sup> Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

apresentado no presente trabalho, a partir de uma pesquisa documental, de cunho exploratório, analítico-descritiva, que adotou o método bibliográfico e descritivo.

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo sistematizar a evolução da extensão universitária à luz das contribuições dos Fóruns de Extensão Universitária a essa trajetória, que culminou na aprovação da Resolução CNE nº 7/2018, a mesma que estabeleceu os parâmetros a partir dos quais deverá ocorrer a curricularização da extensão universitária. O método adotado é o bibliográfico, descritivo, a partir de uma pesquisa documental e de cunho exploratório.

## **A IMPORTÂNCIA DOS FÓRUNS DE EXTENSÃO**

Antes de ser incluída expressamente no texto constitucional, a extensão universitária ganhou grande impulso institucional com a realização do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, nos dias 04 e 05 de novembro de 1987, na Universidade de Brasília (UNB), ocasião na qual se deliberou pela criação do FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 1987).

No Encontro foi aprovado o Regimento do FORPROEX, no qual constou expressamente quais seriam os seus objetivos, dentre os quais se destacam as medidas visando fortalecer as atividades das Pró-reitorias de Extensão, em especial com o objetivo de garantir-lhes um status equivalente ao das demais Pró-reitorias e uma atuação integrada entre elas, com destaque para as Pró-reitorias de Pesquisa e Pós-graduação.

Com o reconhecimento adquirido pela extensão universitária com a sua constitucionalização, foram criados outros dois Fóruns dedicados a seu estudo e expansão, um deles resultado da união das entidades comunitárias e outro criado para reunir as instituições privadas.

Em 1999 foi criado o FOREXT - Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituição de Ensino Superior Comunitárias (SANTOS, 2011, p. 231) que tem, dentre os seus objetivos, “propiciar um espaço mais adequado e permanente de reflexão, avaliação e acompanhamento das práticas de extensão e ação comunitária desenvolvidas nestas instituições” e, também, permitir “a maior participação de nossas instituições no processo de implementação da política de extensão universitária em âmbito nacional” (FOREXT, 1999, p. 2).

Na sequência, em 2003, foi criado o FOREXP – Fórum de Extensão das Instituições de Ensino Superior Particulares, que adotou, dentre os seus objetivos, a articulação e o estímulo ao “desenvolvimento de programas, projetos conjuntos e redes de trabalho entre as Instituições associadas” (FOREXP, s.d.).

Assim, desde 2003, a extensão universitária brasileira conta com três Fóruns: o FORPROEX, das instituições públicas, o FOREXT, das instituições comunitárias, e o FOREXP, das instituições particulares.

Esses Fóruns participaram ativamente dos debates com o MEC (Ministério da Educação) e o CNE (Conselho Nacional de Educação) com o fim de estabelecer critérios para o desenvolvimento de atividades de extensão universitária pelas instituições de ensino superior, cada Fórum sob uma perspectiva diferente, decorrente das suas características institucionais, apesar de, é claro, existirem pontos de convergência entre as suas pautas.

Dentre os documentos produzidos por tais Fóruns, merece destaque a Política Nacional de Extensão Universitária apresentada pelo FORPROEX em 1999, a qual previa, dentre as suas metas a “Institucionalização da participação da extensão no processo e integralização curricular, em quatro anos” (FORPROEX, 1999, p. 8), o que pode ser considerado a semente da curricularização da extensão universitária.

No âmbito do FOREXT, o documento por ele elaborado que merece destaque é o intitulado “Referenciais para a construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES”, o qual dedica parte significativa para o capítulo “Monitoramento e avaliação da extensão” (FOREXT, 2013, p. 38).

Esses documentos foram de extrema importância para a elaboração da Meta 23 do Plano Nacional de Educação de 2001-2010 (PNE 2001-2010), aprovado pela Lei nº 10.172/2001, que estabeleceu a necessidade de curricularização da extensão universitária, a qual, anteriormente, já tinha sido prevista como meta na proposta de Política Nacional de Extensão Universitária elaborada pelo FORPROEX em 1999 e deveria ter sido realizada, nas universidades públicas, no prazo de quatro anos, ou seja, até o ano de 2003, bem como desafio na Política Nacional de Extensão Universitária de 2012, também do FORPROEX.

Posteriormente, no PNE 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, a estratégia 12.7, determinou que se assegurasse, “...no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária ...”

Visando dar concretude ao previsto no PNE 2014-2024, o Conselho Nacional de Educação (CNE) editou a Indicação CNE/CES nº 1/2017, que propôs a constituição de comissão, no âmbito da Câmara de Educação Superior, para estabelecer as diretrizes e

referenciais regulatórios para a política de extensão na educação superior brasileira. Nessa referida comissão, cuja atividade resultou na elaboração da Resolução CNE nº 7/2018, participaram representantes do FORPROEX, FOREXP e ForExt (BRASIL, 2018).

A análise de seus documentos, em comparação com os preceitos legais que tratam da extensão universitária, e a participação de seus representantes na mencionada Comissão, demonstram a importância e influência do Fóruns de Extensão na constitucionalização e curricularização da extensão universitária que, segundo a referida Resolução, deverá constar expressamente dos documentos oficiais da IES e dos seus cursos, como Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Político Institucional (PPI) e Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pelo que foi apresentado é possível concluir que a constitucionalização e a curricularização da extensão universitária sofreram grande influência dos documentos elaborados pelos Fóruns de Extensão Universitária (FORPROEX, FOREXP e ForExt).

Além disso, além de contribuir com os seus documentos, tais Fóruns, por meio de seus representantes e de forma direta, participaram ativamente da Comissão estabelecida pelo CNE para a elaboração de Resolução dedicada a trazer todos os preceitos que devem nortear a curricularização da extensão universitária (Resolução CNE nº 7/2018).

O desafio, agora, é fazer com que as instituições de ensino superior (sejam elas filiadas ou não a determinados Fóruns) adotem expressamente em seus PDIs, PPIs e PPCs os preceitos de tal Resolução, promovendo efetivamente a curricularização da extensão universitária.

## **REFERÊNCIAS**

BARRETO, Arnaldo Lyrio. FILGUEIRAS, Carlos A. L. Origens da universidade brasileira. *Quim. Nova*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 7, p. 1780-1790, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 608/2018. Portaria nº 1.350, publicada no D.O.U. de 17/12/2018, Seção 1, p. 34. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102551-pces608-18/file>. Acesso em: 13/02/2019.

FOREXP. Fórum de Extensão das Instituições de Ensino Superior Particulares. s.d. Disponível em: <http://www.funadesp.org.br/redes/extensao/24-forexp>. Acesso em: 17 nov. 2017.

FOREXT. Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias. Carta de Goiânia. Data: 1999. Disponível em: <http://www1.pucminas.br/documentos/goianiaforext.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

FOREXT. Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituição de Ensino Superior Comunitárias. EXTENSÃO NAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE ENSINO SUPERIOR: Referenciais para a construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES. Data: 2013. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/downloads/2585.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

FORPROEX. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. O Plano Nacional de Extensão Universitária. Data: 1999. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

FORPROEX (Fórum de Pró-reitores das Universidades Públicas Brasileiras). 1 ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Data: nov. 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2018.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. Extensão universitária: comunicação ou domesticação? Educação em Debate, Fort. 6/7 : jul/dez. 1983 jan/jun. 1984, p. 53-60.

SANTOS, Pedro Floriano dos; SANTOS, Caio Floriano dos. A história da Extensão Universitária no Brasil e Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária e das Universidades e IES Comunitárias. In: MENEZES, Ana Luisa Teixeira de; SÍVERES, Luiz (Org.). Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (ICES). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 206-237.